

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por finalidade investigar as repercussões das lacunas relacionadas à proteção social dos trabalhadores, como se processa e se manifesta as demandas relacionadas à política contributiva de previdência social frente às conformações históricas e contemporâneas que configuram trabalho como mecanismo de proteção social. São demandas que se situam no âmbito da seguridade social brasileira, as quais se ampliam quando o trabalhador encontra-se incapacitado para o trabalho, revelando situações de completa desproteção social.

PROBLEMA

Como se configura a proteção social dos trabalhadores que buscam na Previdência Social direitos relacionados à incapacidade laborativa, frente as formas precarizadas de trabalho, considerando as lacunas de proteção social no âmbito da seguridade social?

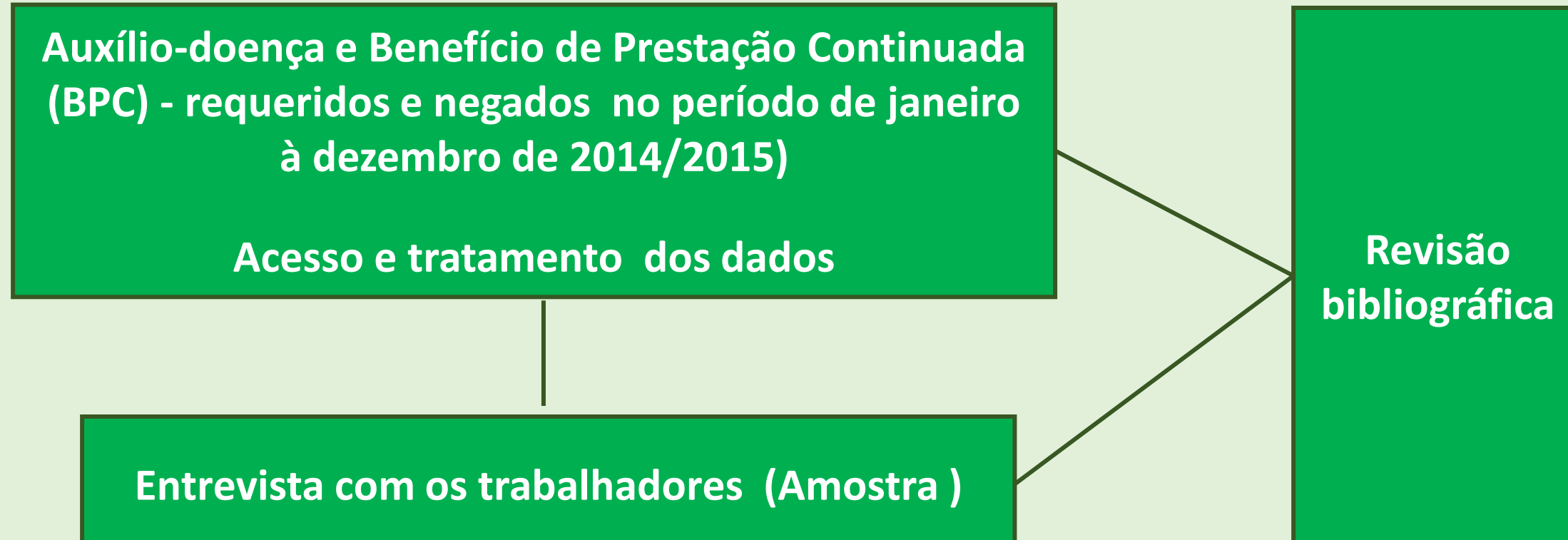
OBJETIVO

Investigar os processo relacionados à proteção social dos trabalhadores que buscam a Previdência Social direitos relacionados à incapacidade laborativa, oriundos de formas precarizadas de inserção no mercado de trabalho , a fim de contribuir para ampliar a compreensão das diferentes expressões do trabalho e das necessidades emergentes no âmbito da seguridade social

METODOLOGIA

O lócus da pesquisa são 8 Agências da Previdência Social, das Gerências executivas de Porto Alegre (POA) Caxias do Sul. As agências selecionadas são: Centro e Partenon em Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Bento Gonçalves, Caxias, Vacaria e Canela.

O estudo possui caráter misto e conduz sua análise utilizando como recurso metodológico a triangulação de dados



Sujeitos de pesquisa

Trabalhadores que requereram Auxílio-doença por incapacidade e o tiveram negado por perda ou ausência de direito previdenciário e que acessaram ou não o Benefício de prestação continuada

RESULTADOS PRELIMINARES

Gerência de Caxias do Sul

- Foram requeridos 24762 auxílios-doença previdenciário.
- 36% desses requerimentos foram indeferidos:
 - Motivos indeferimentos:
 - Perícia Médica: 6011 (67%)
 - “Desprotegidos” (sem vínculo formal de trabalho): 1746 (11%)
 - Outros: 1245 (14%)
- Cruzamento dos 1746 benefícios indeferidos, com os benefícios de prestação continuada requeridos no mesmo período: apenas 20 desses sujeitos (1%) buscaram algum tipo de proteção social através do BPC e desses 14 (70%) tiveram acesso ao mesmo.

Sujeitos de Pesquisa que compuseram a amostra:

- Maioria são mulheres (57%)
- Faixa Etária predominante: Entre 51 e 60 anos
- Média do tempo de contribuição previdenciária: entre 6 e 10 anos

Atividade Profissional	Doenças /agravos a saúde
serviços gerais em madeireira	Infarto/ lombalgia/Doença Renal
Vigilante	Alcoolismo
Trabalhador Rural	perda do movimento do membro inferior
Auxiliar de cozinha Operária – moveleira (desemp.)	Coluna/reumatismo
Motorista Ônibus	Depressão, reumatismo
Encanador Hidráulico	Cardiopatia, Coluna
Pintor	AVC
Manicure	Fratura traumática tornozelo direito
Reciclagem lixo	Coluna
Empregada doméstica	Deficiência mental leve
Operária – calçados(desemp.)	Enfisema Pulmonar
Diarista	Lesão osteomuscular/Depressão
Motorista Caminhão	Câncer Colo uterino
	cardiopatia

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Evidenciamos que há um número representativo de trabalhadores que ao buscarem a previdência social e não foram protegidos socialmente, estão compondo o que chamamos de “lacuna” da proteção social brasileira. É possível inferir, que há limites na política de previdência para o reconhecimento da incapacidade para o trabalho, bem como uma desinformação institucional sobre o BPC. Portanto, há a necessidade de ampliar a discussão sobre a incapacidade para o trabalho no âmbito da seguridade social, assim como fomentar ações intersetoriais para a garantia da integralidade no âmbito da proteção social com vistas ao acesso e ampliação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS